

ANA FRAZÃO

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

COORDENAÇÃO

COMPLIANCE E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

COMPLIANCE E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS

ANA FRAZÃO E RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Coordenação

© desta edição [2022]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

JULIANA MAYUMI ONO
Diretora Responsável

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar – Vila Olímpia
CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Os autores e as autoras gozam da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhes a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seus trabalhos.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS
(atendimento, em dias úteis, das 9h às 18h)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sactr@thomsonreuters.com
e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com
Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso *eComm*
www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [12-2021]

Profissional

Fechamento desta edição [25.10.2021]



ISBN 978-65-5991-540-8

Sumário

Apresentação	5
---------------------------	---

Parte I ASPECTOS GERAIS

Propósitos, desafios e parâmetros gerais dos programas de <i>compliance</i> e das políticas de proteção de dados	33
---	----

Ana Frazão

1. Considerações iniciais.....	33
2. Contextualizando o <i>compliance</i> de dados diante da importância e do papel do <i>compliance</i> em geral.....	36
2.1. As limitações da regulação estatal baseada no comando- controle	36
2.2. Os programas de <i>compliance</i> no contexto das novas perspectivas para a regulação jurídica dos mercados	42
3. Programas de <i>compliance</i> de dados e tecnologia: a importância de se compreender a tecnologia como vetor regulatório.....	46
4. Os parâmetros previstos pela LGPD e o seu diálogo com os requisitos gerais dos programas de <i>compliance</i>	50
4.1. Aspectos gerais: mapeando os fluxos de dados e seus riscos....	50
4.2. Segurança e sigilo de dados	51
4.3. Boas práticas e governança	54
4.4. O papel da ANPD	60
5. Considerações finais	61
6. Referências bibliográficas.....	62

Impactos do programa de *compliance* de dados sobre outros programas de *compliance* 65

Ricardo Villas Bôas Cueva

1. Introdução 65
 2. Do encarregado à construção de um sistema de cumprimento das normas de proteção de dados..... 66
 3. A peculiar relevância dos programas de *compliance* de dados..... 67
 4. Da tutela de direitos à gestão de riscos..... 69
 5. *Compliance* de dados em provedores de aplicação na internet..... 73
 6. Considerações finais 75
- Referências bibliográficas..... 75

Inteligência Artificial: desafios éticos e jurídicos..... 77

Eduardo Magrani e Paula Guedes

1. Considerações iniciais sobre a Inteligência Artificial..... 78
 2. Implicações jurídicas e éticas do uso da IA..... 79
 3. Boas práticas para a IA 83
 - 3.1. Regulação pela tecnologia: estratégias *by design* e *by default* ... 84
 - 3.2. Implementação de relatórios de impacto..... 85
 - 3.3. Garantia de maior transparência e explicação da inteligência artificial (*Explainable AI*) 86
 - 3.4. Códigos de conduta (autorregulação) 87
 - 3.5. Educação digital em IA..... 87
 4. Conclusão 88
- Bibliografia 90

Padrões de conformidade nacionais de proteção de dados pessoais: anotações na perspectiva de *compliance* após a invalidação do *privacy shield* firmado entre os Estados Unidos da América e a União Europeia 93

Alexandre Veronese e Luiza Mendonça da Silva Belo Santos

1. Introdução 94
2. De princípios gerais, normas internacionais e diretrizes de boas práticas para modelos jurídicos..... 98
3. Contribuições da teoria da regulação da internet para o debate sobre padrões internacionais nos fluxos de dados..... 104

4. As diferentes construções jurídicas e culturais de privacidade e proteção de dados pessoais na UE e nos EUA e sua relação com os fluxos de dados	111
5. O <i>Safe Harbor</i> e o caso “Schrems I”	117
6. O <i>Privacy Shield</i> , o caso “Schrems II” e o atual cenário de transferência internacional de dados na UE	121
7. Conclusão: em prol de um <i>compliance</i> global de proteção da privacidade e de dados pessoais	128
8. Referências bibliográficas.....	130

Elementos essenciais para estruturação de efetivos programas de *compliance* de proteção de dados

Milena Donato Oliva, Vivianne da Silveira Abilio e André Brandão Nery Costa

I. Introdução	138
II. Função, conteúdo e elementos essenciais do programa de <i>compliance</i>	140
III. Programa de <i>compliance</i> de privacidade e de proteção de dados pessoais	144
IV. Estruturação de efetivos programas de <i>compliance</i> de proteção de dados.....	148
V. Conclusão	157
VI. Referências bibliográficas.....	158

Inteligência artificial e seus principais desafios para os programas de *compliance* e as políticas de proteção de dados

Caitlin Mulholland e Rodrigo Dias de Pinho Gomes

1. Introdução	161
2. Inteligência artificial e proteção de dados pessoais: conexões necessárias	164
3. Problemas na aplicação de sistemas de inteligência artificial.....	169
4. Programas de governança de dados e a adequação do uso de sistemas de IA.....	173
5. Conclusão	178
Referências	179

Internet das coisas e seus principais desafios para os programas de *compliance* e as políticas de proteção de dados 185

Daniel Douek e Giulia de Paola

1. Introdução 185
2. Proteção de dados pessoais e IoT na LGPD..... 189
3. Possíveis respostas aos desafios para adequação de IoT à LGPD 197
4. Conclusão 202

Programas de *compliance* e a LGPD: a interação entre autorregulação e a regulação estatal..... 205

Miriam Wimmer e Octavio Penna Pieranti

1. Introdução 205
2. Estratégias empresariais: da evasão à transformação 207
3. Estratégias regulatórias: do comando ao diálogo 209
4. A abordagem da LGPD..... 214
5. Conclusão 218
6. Referências..... 219

Parte II

PAPEL DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE E DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS

O papel da estratégia de segurança da informação nos mecanismos de *compliance* de dados: em busca de uma abordagem integrada 225

Angelo Prata de Carvalho

- I. Introdução 225
- II. A segurança da informação na Lei Geral de Proteção de Dados..... 227
- III. Medidas de segurança da informação e programas de *compliance* 230
- IV. O desenvolvimento de estratégias integradas de *compliance* de dados e de segurança da informação 237
- V. Considerações finais 241
- Referências 242

A importância do *compliance* para o término do tratamento de dados 245

Gisela Sampaio da Cruz Guedes e Rose Melo Vencelau Meireles

1. Introdução 246
2. Término do tratamento de dados 247
3. O *compliance* no término de tratamento de dados 252
4. O impacto dos programas de *compliance* na responsabilidade civil 261
5. Conclusão 268

A Bolha e o Escudo: oportunidades e desafios da transferência internacional de dados 271

Ronaldo Lemos e Christian Perrone

- I. Introdução: os fluxos globais de dados 272
- II. A “bolha de proteção”: desafios globais da proteção de dados 274
 - II.1. Os modelos de proteção de dados 275
 - II.1.1. O modelo de fluxo livre 275
 - II.1.2. Modelo de obrigações para os exportadores de dados... 276
 - II.1.3. Modelo híbrido 277
 - II.2. Adequação e outros meios 278
 - II.2.1. Decisões de adequação na Europa 279
 - II.2.2. Decisões de adequação no Brasil 280
 - II.2.3. Outros meios para transferência internacional de dados 280
 - II.2.4. Derrogações e exceções 281
- III. Sem o “Escudo de Privacidade”: oportunidades e barreiras em um mundo após Schrems II 282
 - III.1. Os desafios de Schrems: as decisões que anularam a adequação dos EUA 283
 - III.1.1. Schrems I e o fim do Porto Seguro 284
 - III.1.2. Schrems II e queda do Escudo de Privacidade 285
 - III.2. Impactos para o modelo híbrido: como manter a bolha? 287
 - III.2.1. Fronteiras virtuais 287
 - III.2.2. Circulando para não adequados 288
 - III.3. Efeitos no sistema de proteção de dados dos Brasil 289

IV. Conclusão: a solução por meio de “ <i>compliance</i> ” e políticas de privacidade.....	290
IV.1. Passos para a análise do ambiente de importação.....	291
IV.1.1. O passo a passo de “ <i>compliance</i> ” com os níveis de proteção da União Europeia.....	292
IV.1.2. Exame do ordenamento jurídico do país de transferência	294
IV.2. Soluções contratuais e garantias adicionais.....	295
IV.2.1. Obrigações legais adicionais	296
IV.2.2. Medidas suplementares e garantias adicionais.....	297
IV.3. A fronteira nacional: como exportar de dados desde o Brasil ...	299
Risco, <i>compliance</i> e proteção de dados	301
<i>Bruno Dantas e Leonardo Rigotti de Ávila e Silva</i>	
1. Introdução	301
2. <i>Compliance</i>	303
3. O risco.....	306
4. A Lei Geral de Proteção de Dados.....	310
5. Conclusão	315
Referências bibliográficas.....	315
O uso do <i>compliance</i> e das políticas de proteção de dados como formas de coibir a discriminação algorítmica – Como essas ferramentas podem resguardar as empresas, proteger os usuários e ainda ajudar na diminuição da discriminação de minorias	319
<i>Maria Cristine Lindoso</i>	
Introdução.....	320
O que é discriminação algorítmica.....	322
A importância dos programas de <i>compliance</i> e da adoção de políticas de proteção de dados.....	326
Elementos de um programa de <i>compliance</i> voltado para coibir a discriminação algorítmica	329
Vantagens para os agentes que tratam dados pessoais.....	333
Vantagens para os usuários e titulares de dados.....	336
Conclusões.....	338
Referências bibliográficas.....	338

O papel dos mecanismos de *compliance* e das políticas de proteção de dados para a proteção de dados sensíveis 341

Carlos Nelson Konder e Leonardo Fajngold

Introdução.....	342
1. <i>Compliance</i> e dados sensíveis: uma combinação necessária	343
2. O inadequado <i>compliance</i> em matéria de dados sensíveis e seus efeitos sobre a responsabilidade civil	350
3. O tratamento de dados pessoais sensíveis e a configuração de dano moral.....	354
3.1. A ocorrência de dano moral individual	354
3.2. A tutela coletiva do dano moral e o dano moral coletivo.....	359
4. Conclusão	362
5. Referências.....	363

O papel dos mecanismos de *compliance* e das políticas de proteção de dados para a proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes 369

Isabella Henriques

1. Introdução	369
2. Doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes.....	371
3. Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes	376
4. <i>Compliance</i> na proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes.....	385
5. Considerações finais	392
6. Referências bibliográficas.....	395

Dados manifestamente públicos e dados não sujeitos à LGPD – diferenciando conceitos e estabelecendo parâmetros..... 399

Marcela Mattiuzzo e Iasmine Lima Favaro

1. Introdução	400
2. Dados tornados públicos <i>versus</i> dados não sujeitos à LGPD.....	402
2.1. O conceito de “dados manifestamente tornados públicos” ...	402
2.1.1. A extensão da exceção às demais bases legais	405
2.1.2. Os limites do “manifestamente público”	406
2.1.3. Aplicabilidade dos direitos e princípios da LGPD aos dados manifestamente públicos.....	408

2.2.	Um breve estudo de caso: o exemplo dos data brokers	410
2.3.	Dados não sujeitos à LGPD	412
2.3.1.	A pessoa natural e os fins exclusivamente particulares...	413
2.3.2.	Finalidades jornalísticas, acadêmicas ou artísticas	414
2.3.3.	Atividades investigativas e segurança pública.....	415
2.3.4.	Aplicação territorial	416
3.	Considerações finais	416
4.	Referências bibliográficas.....	418

Compliance de dados pessoais disponíveis publicamente: boas práticas para a confirmação da licitude do tratamento dos dados de acesso público e tornados manifestamente públicos pelo titular.....

419

Giovanna Milanez

1.	Introdução	420
2.	Em busca de uma definição para os dados pessoais disponíveis publicamente.....	424
2.1.	Definição preliminar de dados pessoais de acesso público....	425
2.2.	Definição preliminar de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular.....	426
3.	Parâmetros legais para o tratamento dos dados pessoais disponíveis publicamente	429
3.1.	Critérios específicos para o tratamento equivalente de dados de acesso público.....	429
3.2.	Requisitos específicos para o tratamento equivalente de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular	431
3.3.	Parâmetros legais para o tratamento posterior dos dados pessoais disponíveis publicamente	432
4.	Compliance de dados pessoais disponíveis publicamente	435
4.1.	Boas práticas para a publicação dos dados pessoais de acesso público	435
4.2.	Boas práticas para o tratamento de dados pessoais disponíveis publicamente pelo setor privado	437
5.	Considerações finais	439
6.	Referências bibliográficas.....	440

O papel dos mecanismos de *compliance* para a operacionalização do acesso a dados e da portabilidade 443

Daniela Copetti Cravo e Daniela Seadi Kessler

1. Introdução	444
2. Direito de Acesso	446
2.1. O que é o Direito de Acesso	446
2.2. Diferença entre o direito à portabilidade e o direito de acesso	447
2.3. Como implementar o direito de acesso	449
2.4. A quem deve ser feito o pedido de acesso?	451
2.5. Mecanismos para recebimento dos pedidos de acesso.....	451
2.6. Autenticação do titular	452
2.7. Resposta ao titular (prazo e outras peculiaridades).....	452
3. Direito à portabilidade de dados pessoais	453
3.1. O que é portabilidade de dados pessoais	453
3.2. Dados abarcados	455
3.3. Bases legais	456
3.4. Abrangência – Aspecto Subjetivo	457
3.5. Cuidados e deveres na implementação da portabilidade de dados	457
3.6. Interoperabilidade	459
3.7. Segredos Comercial e Industrial	462
4. Considerações finais	462
5. Referências.....	464

O papel dos mecanismos de *compliance* para a operacionalização do direito à explicação de decisões totalmente automatizadas 467

Isabella Z. Frajhof

1. Introdução	467
2. O Direito à explicação.....	470
3. Mecanismos de <i>compliance</i>	478
3.1. Métodos <i>ex ante</i>	480
3.1.1. Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais...	480
3.1.2. Código de Boas Práticas e Governança e Código de Conduta	482

3.2.	Métodos <i>ex post</i>	484
3.2.1.	Documentação	484
3.2.2.	Auditoria.....	486
3.2.3.	Métodos de interpretação e explicação de ML	487
4.	Conclusão	489
5.	Referências bibliográficas.....	490

Parte III

PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE E DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS

Mapeamento de dados pessoais: pontapé inicial do processo de *compliance* à LGPD..... 495

Celina Bottino e Vinicius Padrão

I.	Introdução	495
II.	Considerações sobre o processo de <i>compliance</i> à LGPD.....	499
III.	O mapeamento das operações de tratamento de dados pessoais.....	503
III.1.	Requisitos para o tratamento de dados pessoais.....	504
III.2.	A principiologia da LGPD	507
III.3.	Mecanismos para exercício dos direitos dos titulares	508
III.4.	Transferência internacional de dados pessoais	509
IV.	Conclusão	511
	Referências	512

Gestão de risco em projetos de adequação: benefícios e desafios de uma abordagem baseada em risco na LGPD 513

Juliana Pacetta Ruiz e Sofia Lima Franco

1.	Introdução	514
2.	A presença e o papel do risco na proteção de dados pessoais.....	517
2.1.	A avaliação do risco é inerente à proteção de dados pessoais....	517
2.2.	Abordagens relacionadas à regulação do risco.....	520
3.	Gestão de risco em projetos de adequação às leis de proteção de dados pessoais.....	525
3.1.	A regulação do risco pela LGPD	526
3.2.	Avaliação do risco em projetos de adequação à LGPD.....	529

3.3.	Aspectos práticos da gestão de risco em projetos de adequação à LGPD	532
3.3.1.	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD)	532
3.3.2.	Comunicação de incidentes de segurança da informação.....	539
4.	Considerações finais	541
5.	Referências bibliográficas.....	542
Análise de risco sobre proteção de dados		545
<i>Fabiano Menke e Rafael Scaroni Garcia</i>		
1.	Introdução	545
2.	A abordagem do risco: entre a proteção do titular e o livre fluxo de dados pessoais.....	548
3.	A abordagem da LGPD: riscos permitidos, deveres a serem cumpridos	555
4.	<i>Compliance</i> do risco: a análise anterior para a (possível) demonstração posterior.....	559
5.	Considerações finais	562
6.	Referências.....	563
Requisitos do relatório de impacto à proteção de dados pessoais		569
<i>Gabriel Hayduk</i>		
	Introdução.....	570
1.	Da procedência dos relatórios de impacto com foco na privacidade e proteção de dados	572
2.	O que é o Relatório de Impacto à Proteção de Dados.....	574
2.1.	Como mensurar o Legítimo Interesse.....	574
2.2.	O que é o fator risco para privacidade e proteção de dados.....	577
2.3.	O papel da ANPD e alguns exemplos de metodologias	578
	Conclusão	583
	Referências bibliográficas.....	583
Algoritmos de <i>credit score</i>, dados pessoais: um mapa regulatório para o <i>compliance</i> na análise de crédito		587
<i>Carlos Goettenauer</i>		
1.	Introdução	587

2. Os modelos de análise de crédito preditivos	589
3. Conceituando e classificando o regime jurídico de avaliação de crédito ...	592
4. O mapa do regime jurídico da análise de crédito	596
4.1. O regime jurídico de coleta de dados	597
4.2. O regime jurídico de parametrização dos algoritmos	598
4.3. O regime jurídico de uso dos modelos de análise de crédito ...	601
Conclusão	602
Bibliografia	603

Planos de resposta a incidentes de segurança com dados pessoais e a construção de uma governança responsiva

Thiago Luís Sombra

I. Segurança cibernética e regulação.....	605
II. A LGPD e os desafios de estímulo da segurança cibernética.....	606
III. Incidentes de Segurança: como identificar e avaliar a gravidade?.....	608
IV. Plano de Resposta a Incidentes	611
V. Notificando um Incidente.....	614
VI. O dilema da responsabilidade	618

Parte IV

PRINCIPAIS ATORES DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE E DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DADOS: COMPETÊNCIAS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

A compreensão do encarregado: diferentes perfis, requisitos e qualificações

Bianca Kremer e Mariana M. Palmeira

Introdução.....	623
Quem é encarregado de proteção de dados pessoais?	626
Breves considerações sobre os programas de <i>compliance</i> no âmbito do direito brasileiro	632
O <i>compliance</i> na LGPD	638
O papel do encarregado no <i>compliance</i> de dados: acima de tudo gestão e interlocução	639
Conclusão	642
Referências	644

O papel do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais nas empresas privadas 647

Marcelo Zenkner e Mário Spinelli

1. Privacidade e proteção dos dados pessoais: uma breve introdução ... 648
2. A LGPD e as Diretrizes da OCDE para a Proteção da Privacidade e dos Fluxos Transfronteiriços de Dados Pessoais 649
3. O tratamento brasileiro de dados pessoais previsto na LGPD 653
 - 3.1. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais 653
 - 3.2. A figura do encarregado da LGPD em análise comparada com função similar na legislação europeia 656
 - 3.3. Perfil do encarregado 657
 - 3.4. Posicionamento do encarregado na estrutura da empresa 658
 - 3.5. A integridade pública e as regras de governança nas atividades do encarregado 660
4. Considerações finais 662
- Referências bibliográficas 663

Compliance digital, defesas corporativas e privacidade 665

Eduardo Saad-Diniz e Matheus Puppe

1. Introdução 665
2. Lições do *Privacy Shield* 668
3. Diálogos entre GDPR europeia e a LGPD 670
4. Defesas corporativas e verificação intensiva dos direitos fundamentais... 674

O papel do operador no tratamento de dados: entre deveres e responsabilização 677

Rafael Dresch e Gustavo Melo

1. Introdução 678
2. O operador 679
 - 2.1. Atuação 680
 - 2.2. Deveres 684
3. Responsabilização do operador 688
 - 3.1. Responsabilidade civil 688
 - 3.2. Sanções administrativas 691
4. Considerações finais 694
- Referências bibliográfica 696

Compartilhamento de dados pessoais e a figura do controlador 699*Leonardo Parentoni*

1. Introdução 700
2. *Accountability* como diretriz às condutas do controlador de dados pessoais: confiar para desburocratizar 701
3. Agentes de Tratamento na LGPD e *Data Processing Agreements* 705
4. Controlador v. Operador: Desvendando os conceitos a partir de casos concretos..... 708
5. Uso secundário e compartilhamento de dados pessoais: rumo a um mercado de dados compatível com os direitos do titular 723
6. Compartilhamento de dados pessoais e “escalabilidade” dos direitos do titular 733
7. Compartilhamento incentivado e vedações ao compartilhamento na LGPD 735
8. Conclusão 740

Responsabilidade civil dos agentes de tratamento de dados.... 741*Gustavo Tepedino, Aline de Miranda Valverde Terra e Gisela Sampaio da Cruz Guedes*

1. Introdução 742
2. Natureza da responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 744
3. Responsabilidade civil do controlador, do operador e do encarregado 755
4. Responsabilidade civil no âmbito das relações de consumo 761
5. Conclusão 770

***Accountability* e mitigação da responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....** 771*Nelson Rosenthal e José Luiz de Moura Faleiros Júnior*

1. Introdução 772
2. *Accountability* na LGPD: para além da polissemia..... 773
3. Um novo paradigma regulatório? Como são alocados direitos e deveres relativos à proteção de dados pessoais?..... 779
 - 3.1. Os atores da lei: agentes de tratamento e seu papel na efetivação do princípio da prevenção 781
 - 3.2. Como aferir o quão responsáveis (*accountable*) são esses atores? 783

4. Enfim, a responsabilidade civil: <i>accountability</i> como princípio (art. 6º, X) e seus reflexos	788
4.1. Inspirações colhidas da função premial da governança na seara administrativa: o art. 53 da LGPD e sua natureza dialógica	790
4.2. A efetiva mitigação do dano: reconfigurando o art. 944 do CC.....	792
4.3. Há espaço para a função promocional?	797
5. Considerações finais	800
Referências	803

A responsabilidade civil de programadores e desenvolvedores de *software*: uma análise compreensiva a partir do conceito jurídico de “operador de dados”

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

1. Introdução	810
2. Uma carreira ainda não regulada: notas sobre o labor de programadores e desenvolvedores de <i>software</i>	811
2.1. A proteção jurídica do <i>software</i> : vícios e defeitos nas fronteiras do esforço criativo	815
2.2. As atividades de alta complexidade intelectual e a vedação ao enquadramento de programadores e desenvolvedores como Microempreendedores Individuais.....	818
3. Retomando a LGPD: o conceito de “operador de dados”.....	820
3.1. O programador e o desenvolvedor como empregados.....	821
3.2. O empregado se enquadra no conceito de “operador de dados” da LGPD? Reflexões ancoradas na experiência europeia.....	822
4. Considerações finais	828
Referências	829

Parte V TÓPICOS ESPECIAIS DE COMPLIANCE E POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

<i>Compliance</i> de dados e proteção de empregados.....	835
<i>Teresa Coelho Moreira</i>	
1. Introdução	835

2. O tratamento de dados pessoais na relação de trabalho 846
3. Conclusões..... 857

Compliance de dados e a fase pré-contratual trabalhista: possibilidades de implementação em prol da proteção e do diálogo social.....

859

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e Renata Queiroz Dutra

- Introdução..... 859
- 1. Proteção de dados nas relações de trabalho: os desafios das novas tecnologias 861
- 2. A LGPD e o consentimento do titular: peculiaridades das relações de trabalho..... 867
- 3. *Compliance* trabalhista: limites e possibilidades em prol de proteção e diálogo social..... 873
- Considerações finais..... 879
- Referências 880

Compliance de dados e governança corporativa.....

883

Viviane Muller Prado e Marcos Galileu Lorena Dutra

1. Introdução 884
2. Governança corporativa e gerenciamento de riscos cibernéticos..... 886
 - 2.1. Gerenciamento de riscos 886
 - 2.2. Gerenciamento de riscos cibernéticos e de violação de dados ... 889
 - 2.3. Estruturas de governança e gestão de risco cibernético..... 891
3. A LGPD e a governança corporativa 894
 - 3.1. Os paradigmas para a LGPD..... 894
 - 3.2. Disposições da LGPD em matéria de governança..... 900
4. Considerações finais 903
- Referências bibliográficas..... 904

LGPD penal – novos desafios 907

Néfi Cordeiro

1. Introdução 907
2. Sociedade, conhecimento do privado e provas persecutórias 908
3. Nasce um necessário anteprojeto de lei 911

4. Conclusões.....	913
Referências bibliográficas.....	914

Recomendações gerais para o desenvolvimento de programas de privacidade e proteção de dados no setor de seguros.....

Ernesto Tzirulnik e Gustavo Palheiro Mendes de Almeida

1. Introdução	916
2. Critérios básicos para conformidade à LGPD	917
3. 1º Momento: Ações preliminares	921
3.1. Engajamento e compromisso da liderança	921
3.2. Criação do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados	922
3.3. Nomeação do encarregado	922
4. 2º Momento: Diagnóstico e gestão de risco	924
4.1. Mapeamento de dados pessoais (ambiente de negócio)	924
4.2. Análise de conformidade (ambiente jurídico)	925
4.3. Testes de Penetração (ambiente de segurança da informação)...	928
4.4. Plano de ação.....	929
5. 3º Momento: Arquitetura de políticas essenciais	929
5.1. Política de privacidade	930
5.2. Política de segurança da informação	931
5.3. Política de treinamento ativo e engajamento.....	932
5.4. Política de resposta a incidentes	933
6. 4º Momento: Medidas de atualização contínua	935
7. Considerações finais	935

Desafios do *compliance* de dados para o setor financeiro: Pix, Open Banking e a Lei Geral de Proteção de Dados.....

Carlos Ragazzo e Douglas Leite

Introdução.....	937
1. A implementação do Pix no Brasil e a importância da proteção de dados.....	939
2. <i>Open Banking</i> : compartilhamento de dados e cuidados necessários....	943
3. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	948
4. Conclusão	951
5. Referências.....	953

A aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados aos corretores de dados..... 957

Rafael A. F. Zanatta, Helena Secaf e Júlia Mendonça

1. Introdução 958
2. Compreendendo o papel dos corretores de dados e os riscos de suas operações 960
 - 2.1. O que são corretores de dados? 960
 - 2.2. Quais os principais agentes econômicos desse mercado? 963
 - 2.3. O diagnóstico sobre opacidade e riscos nos mercados de corretores de dados..... 964
3. A conformidade dos corretores de dados com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 969
 - 3.1. O problema das bases legais para tratamento de dados 969
 - 3.2. Os deveres aplicáveis aos corretores de dados e o princípio da boa-fé..... 972
 - 3.3. Perfilização e tratamento de dados excessivos: ilícito e natureza do dano..... 976
4. Conclusão 983
5. Referências bibliográficas..... 983

Compliance de dados nos sistemas agroindustriais 987

Renato Buranello

1. Cadeias Agroindustriais: uma análise sobre a Economia das Organizações..... 987
2. Principais Aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados..... 991
3. LGPD e *Compliance*..... 997
4. Produtor Rural como elo fundante da cadeia agroindustrial: relações atípicas em modelos de negócios próprios..... 1001
5. O Desenvolvimento do *Compliance* de dados no Agronegócio Brasileiro 1007
6. Referências bibliográficas..... 1011

Compliance de dados no setor de publicidade digital: em busca das melhores práticas..... 1017

Juliana Oliveira Domingues, Isabella Dorigheto Miranda e Breno Fraga M. e Silva

1. Introdução 1018
2. A publicidade digital e a experiência da Senacon..... 1020

3. A dinâmica do setor de publicidade <i>on-line</i>	1024
4. Principais diretrizes e melhores práticas na perspectiva da LGPD....	1028
4.1. Diretrizes para a implementação do <i>compliance</i> de dados pessoais – Perspectiva da publicidade digital	1030
5. Estruturação da matriz de riscos no programa de <i>compliance</i> de dados pessoais utilizados na publicidade digital	1033
6. Considerações finais	1037
7. Referências	1040
Compliance de dados à luz da LGPD nas companhias abertas ...	1043
<i>Modesto Carvalhosa e Fernando Kuyven</i>	
1. Introdução	1043
2. <i>Compliance</i> de dados à luz da LGPD	1046
3. <i>Compliance</i> de dados e responsabilidade civil em companhias abertas	1051
Conclusão	1056
Referências	1056
Compliance de dados em sociedades integrantes de grupos de fato	1059
<i>Sérgio Campinho e Mariana Pinto</i>	
1. Grupo econômico: facetas de um conceito ainda em formação	1059
2. Grupos de direito, grupos de fato e grupos pessoais	1063
3. Considerações introdutórias sobre o <i>compliance</i> de dados.....	1069
4. O fluxo de dados pessoais entre sociedades integrantes de um grupo de fato	1071
5. Conclusões.....	1078
6. Referências.....	1079
Programas de <i>compliance</i> de dados e microempresas e empresas de pequeno porte: algumas impressões e perspectivas.....	1083
<i>Natália Cristina Chaves e Marcelo Andrade Féres</i>	
1. Introdução	1083
2. Microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)	1086
3. <i>Compliance</i> de dados nas microempresas e empresas de pequeno porte: a tensão entre órgão e função	1090

4. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e as microempresas e empresas de pequeno porte	1094
5. Considerações finais	1099
6. Referências	1100

Reflexões sobre *compliance* de dados pessoais dos pacientes e a prestação de serviços médicos na era digital.....

Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira

1. Notas introdutórias: a prestação de serviços médicos na era digital....	1103
2. Da proteção dos dados pessoais dos pacientes	1109
3. O <i>compliance</i> de dados dos pacientes e a prevenção de riscos.....	1123
Considerações finais.....	1128
Referências	1129

***Compliance* de dados em escritórios de advocacia**

Ana Frazão e Angelo Prata de Carvalho

I. Introdução	1134
II. Programas de <i>compliance</i> em escritórios de advocacia: a importância do diálogo entre a LGPD e o Estatuto e o Código de Ética da Advocacia...	1135
III. O tratamento de dados pessoais e os deveres e responsabilidades dos escritórios de advocacia	1140
III.1. Os escritórios de advocacia no contexto dos agentes de tratamento	1140
III.2. Principais fluxos de dados de escritórios de advocacia	1142
III.3. Cuidados gerais sobre tratamento de dados sobre potenciais clientes	1144
III.4. Cuidados gerais sobre tratamento de dados de clientes do escritório ou de pessoas naturais a eles relacionadas.....	1148
III.4.1. Cuidados durante a prestação do serviço.....	1148
III.4.2. Cuidados após a prestação do serviço.....	1150
III.5. Cuidados gerais sobre tratamento de dados de terceiros obtidos por meio do cliente ou em virtude de uma determinada causa.....	1152
IV. Elementos distintivos de programas de <i>compliance</i> em escritórios de advocacia	1154
V. Considerações finais	1163
VI. Referências.....	1165

Desafios do *compliance* de dados nas instituições de ensino básico e superior 1169

Mônica Tiemy Fujimoto

- I. Introdução 1169
- II. Tratamento de dados de crianças e adolescentes 1171
- III. Tratamento de dados para oferta de publicidade 1175
- IV. Compartilhamento de dados pelas instituições de ensino para cumprimento de obrigação regulatória e elaboração de estudos estatísticos 1182
- V. Tratamento de dados realizado por meio da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) 1185
- VI. Conclusão 1189
- VII. Referências bibliográficas 1190

Compliance de dados em tecnologias de segurança e vigilância 1193

Chiara Spadaccini de Teffé

1. A Lei Geral de Proteção de Dados em programas de *compliance*: relevância e impacto nas instituições 1194
2. Tecnologias de segurança e de vigilância em massa 1202
3. Temas de destaque no *compliance* de dados em tecnologias de controle e vigilância 1206
 - 3.1. Proteção ampliada para os dados sensíveis tratados 1207
 - 3.2. Gestão eficiente de riscos e minimização de vulnerabilidades ... 1218
 - 3.3. Ações para evitar e mitigar incidentes de segurança 1219
 - 3.4. Hipóteses de não aplicação direta da LGPD: Art. 4º, inciso III ... 1222
4. Considerações finais 1229

Política de segurança cibernética no poder judiciário 1231

Jefferson Carús Guedes e Montgomery Wellington Muniz

1. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e política de segurança cibernética 1232
2. Política de segurança cibernética – o que é? 1233
3. Política de segurança cibernética no poder judiciário 1235
 - 3.1. Res. CNJ nº 396 de 07/06/2021 – Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) 1239

3.2.	O Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ)	1241
3.3.	Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCC-PJ)	1242
3.4.	Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ)	1243
4.	Sanções aplicadas na Europa – relevância da política de cibersegurança	1244
5.	Conclusão	1246
6.	Referências bibliográficas.....	1247
A proteção de dados no âmbito da Justiça Eleitoral.....		1249
<i>Luis Felipe Salomão e Daniel Vianna Vargas</i>		
1.	Introdução	1249
2.	Aspecto interno.....	1253
3.	Aspecto externo	1257
4.	Considerações finais	1262
5.	Referências bibliográficas.....	1263